PARANAGUÁ
PREVIDÊNCIA

**ATA DA 174ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL**

**REUNIÃO ORDINÁRIA ANUAL Nº 05/2026**

**Data:** 29 de maio de 2026

Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, às nove horas e dez minutos, realizou-se, nas dependências da Paranaguá Previdência, a 174ª Reunião Ordinária do Conselho Administrativo do Órgão Gestor do Regime Próprio de Previdência Social do Município, com a presença dos conselheiros Paulo Charbub Farah, Janete Isabel Passos e Sonia Regina de Araújo, representantes do Sindicato dos Servidores Municipais de Paranaguá; Bruno Alves Cunha de Oliveira e Leão Salomão Neto, representantes do Poder Executivo; e Thaís Andressa de Leão, representante do Poder Legislativo. Também participaram da reunião o Diretor-Presidente, Ali El Kadri, e o Diretor Financeiro, Sidnei França dos Santos. Aberta a reunião, foi apresentada a análise da carteira de investimentos referente ao mês de abril com rentabilidade de R$ 11.074.979,41 (onze milhões, setenta e quatro mil, novecentos e setenta e nove reais e quarenta e um centavos) e patrimônio líquido de R$ 1.130.641.314,23 (um bilhão, cento e trinta milhões, seiscentos e quarenta e um mil, trezentos e quatorze reais e vinte e três centavos). Também foi registrado o recebimento de amortização no valor de R$ 397.754,02 (trezentos e noventa e sete mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e dois centavos) proveniente de fundo em processo de liquidação. A rentabilidade acumulada no exercício atingiu R$ 50.340.807,52 (cinquenta milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e sete reais e cinquenta e dois centavos) nos primeiros quatro meses do ano. Em relação à meta atuarial, foi informado que o instituto alcançou 4,8%, restando aproximadamente 5,6% para o atingimento da meta projetada para o exercício. Foi esclarecido que a meta atuarial sofre variações em função da inflação (IPCA), uma vez que a taxa atuarial fixa permanece em 5,8% ao ano, sendo acrescida da inflação acumulada. A projeção atual da meta está em torno de 10,5%, superior à estimativa anterior, em razão do aumento das expectativas inflacionárias. Na sequência, foi detalhado o recebimento da amortização do fundo FIDC GGR Prime, classificado como fundo em processo de liquidação. Foi esclarecido que os ativos do fundo vêm sendo alienados conforme plano de liquidação aprovado, com posterior distribuição dos recursos aos cotistas. O valor recebido corresponde à parcela do instituto referente à venda de ativo realizada anteriormente. Quanto à gestão da carteira, foi informado que não houve aquisição de novos produtos financeiros, em razão das limitações impostas pela regulamentação vigente. As movimentações realizadas restringiram-se à realocação interna entre fundos já existentes na carteira. O Comitê de Investimentos deliberou pela redução da exposição a fundos atrelados ao IMA-B 5+, migrando para estratégias mais conservadoras, vinculadas ao IMA-B 5 e a fundos indexados ao IRF-M, diante das alterações no cenário econômico, político e internacional observadas nos últimos meses. Também foi apresentada atualização sobre a aquisição direta de títulos públicos. Em razão do desenquadramento da instituição anteriormente utilizada para intermediação, o

PARANAGUÁ
PREVIDÊNCIA

instituto vem avaliando a utilização da plataforma disponibilizada pela B3 para compra direta de títulos públicos por RPPS. Foi realizada reunião técnica com representantes da B3 para esclarecimento dos procedimentos operacionais e jurídicos necessários para eventual contratação da ferramenta, que não possui custo de utilização, mas exige formalização administrativa adequada. Na análise de desempenho dos fundos, foi destacado que os melhores resultados do mês foram obtidos pelos fundos multimercados e pelos fundos de renda fixa atrelados a títulos públicos. Por outro lado, os fundos de renda variável apresentaram desempenho negativo no período, reflexo das condições atuais do mercado financeiro e das incertezas econômicas. Em relação ao Fundo Care, conhecido como "fundo dos cemitérios", foi relatado que o Comitê de Investimentos mantém o acompanhamento próximo da situação. Após visita técnica e reuniões com demais RPPS cotistas, foi informado que existe movimento conjunto, liderado por diversos institutos de previdência, visando solicitar a liquidação do fundo. Foi elaborado documento formal encaminhado ao administrador, que já apresentou resposta, sendo aguardada a convocação de assembleia para deliberação sobre o tema. Foi esclarecido que, caso a liquidação seja aprovada, existe a possibilidade de pagamento da cota patrimonial do fundo, atualmente estimada em aproximadamente R$ 30,00 por cota, enquanto a cotação de mercado gira em torno de R$ 4,00. Ressaltou-se, entretanto, que a efetiva recuperação desses valores dependerá da capacidade financeira e patrimonial do fundo no momento da liquidação. Em seguida, passou-se à análise das despesas do mês de abril, com base no parecer do Conselho Fiscal. Foi destacado que houve pagamento extraordinário referente à indenização de férias decorrente da saída de servidor cedido, além do pagamento de férias de servidores da autarquia. As despesas com pessoal mantiveram-se dentro da normalidade, registrando apenas os reflexos desses pagamentos. Nas despesas administrativas, observou-se aumento pontual na rubrica de material de consumo, decorrente da aquisição de materiais de limpeza. Houve também incremento temporário nas despesas com serviços de terceiros, em razão de pagamentos relacionados à participação em evento institucional e à reserva antecipada de hospedagem para evento futuro. Foi informado ainda que a Diretoria decidiu não renovar o contrato de locação do veículo atualmente utilizado pela autarquia, diante de problemas operacionais e de desempenho apresentados pelo fornecedor. Novas alternativas serão avaliadas para atendimento das necessidades institucionais. Quanto aos benefícios previdenciários, registrou-se o pagamento de R$ 1.403.719,84 (um milhão, quatrocentos e três mil, setecentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos) em aposentadorias e R$ 499.190,14 (quatrocentos e noventa e nove mil, cento e noventa reais e quatorze centavos) em pensões do Plano Previdenciário, totalizando R$ 1.902.909,98 (um milhão, novecentos e dois mil, novecentos e nove reais e noventa e oito centavos). No Fundo Financeiro, foram pagos R$ 1.697.290,66 (um milhão, seiscentos e noventa e sete mil, duzentos e noventa reais e sessenta e seis centavos)em aposentadorias e R$ 550.512,21 (quinhentos e cinquenta mil, quinhentos e doze reais e vinte e um centavos) em pensões, totalizando R$ 550.512,21 (quinhentos e cinquenta mil, quinhentos e doze reais e vinte e um centavos) em pensões, totalizando R$ 2.247.802,87 (dois milhões, duzentos e quarenta e sete mil, oitocentos

e dois reais e oitenta e sete centavos). O total geral das despesas do mês alcançou R$ 4.753.626,92 (quatro milhões, setecentos e cinquenta e três mil, seiscentos e vinte e seis reais e noventa e dois centavos). Por fim, foi informado que, durante o período, foram concedidos seis novos benefícios previdenciários vinculados ao Plano Previdenciário. Também foram registrados os óbitos ocorridos no período e seus respectivos reflexos administrativos e previdenciários. Na sequência, o conselho fez alguns questionamentos acerca do benefício previdenciário concedido ao servidor Pedro Pessoa Ribeiro Dantas, especialmente em relação ao valor apurado e ao histórico contributivo do segurado. Foi esclarecido que o benefício foi calculado com base nas regras legais vigentes e nos registros funcionais disponíveis, não havendo, naquele momento, indícios de inconsistências no cálculo. Ainda assim, o conselho solicitou por unanimidade que revisão do benefício e processo para conferência dos dados para validação dos valores apurados. (Memorando 87/2026 encaminhado a diretoria de concessão de benefícios em 26/05/2026). Passando para a leitura do parecer do Conselho Fiscal, foi registrada observação referente ao pagamento de férias indenizadas. A Diretoria esclareceu que os valores pagos se referem à indenização de férias da servidora cedida que deixou o quadro do Instituto, não havendo pagamento em dobro. Também foram solicitados esclarecimentos sobre a rubrica "Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica". Foi informado que a nomenclatura corresponde à classificação contábil prevista no plano de contas e que nela são lançadas diversas despesas relacionadas à prestação de serviços especializados. No período analisado, os valores referem-se, entre outros, aos serviços de consultoria de investimentos, consultoria contábil, assessoria atuarial e capacitações promovidas por empresas contratadas. Esclareceu-se ainda que, embora a rubrica mencione consultoria jurídica, não houve despesas dessa natureza no período; caso existissem, também seriam registradas na mesma classificação orçamentária. Na sequência, foi realizada a leitura do parecer referente aos repasses previdenciários, registrando-se que, conforme demonstrativo das contribuições dos Fundos Previdenciário e Financeiro, foram recebidos aportes no montante de R$ 9.873.000,00 (nove milhões, oitocentos e setenta e três mil reais), sendo R$ 4.227.000,00 (quatro milhões, duzentos e vinte e sete mil reais) referentes às contribuições dos servidores e R$ 5.182.000,00 (cinco milhões, cento e oitenta e dois mil reais) às contribuições patronais, correspondentes aos repasses mensais efetuados pelos entes vinculados. Em relação aos processos licitatórios e contratações, foi informado o início dos procedimentos para contratação de empresa especializada na administração de estagiários, visando à futura gestão dos contratos de estágio do Instituto. Foi esclarecido que atualmente não há estagiários atuando no órgão e que o processo se encontra em fase de levantamento e cotação de propostas. Também foram incluídos no planejamento os processos para aquisição de materiais de informática, especialmente monitores e equipamentos necessários à reposição de itens danificados ou insuficientes para atendimento da demanda interna, bem como a aquisição de materiais de expediente. Ambos os processos se encontram em fase de elaboração dos respectivos termos e procedimentos administrativos. Quanto aos processos já concluídos, foi registrada a finalização da aquisição da tela interativa e da contratação do transporte utilizado na

PARANAGUÁ
PREVIDÊNCIA

participação de servidores em evento realizado em Gramado. Os demais processos administrativos permanecem em andamento, sem alterações relevantes desde a última reunião, incluindo a contratação de software contábil, serviços de perícia médica, limpeza de aparelhos de ar-condicionado e limpeza externa do prédio da autarquia. Na sequência, foi informado que foram apresentados ao Conselho Fiscal o Balancete Anual do exercício de 2025 e o Balancete referente ao primeiro trimestre de 2026, para análise e emissão dos respectivos pareceres. Foi esclarecido que o Conselho Fiscal deverá apresentar, na próxima reunião, tanto o parecer relativo ao encerramento do exercício de 2025 quanto o parecer referente às contas do primeiro trimestre de 2026. Registrou-se que houve pequeno atraso na entrega da documentação em razão da necessidade de conclusão dos trabalhos contábeis internos, o que impactou o cronograma inicialmente previsto. Ressaltou-se, contudo, que os documentos já foram disponibilizados ao Conselho para análise. Em seguida, foi apreciada a prestação de contas do regime de adiantamento para pequenas despesas, administrado pela servidora Claudineia. Foi realizada a análise e aprovação da prestação de contas referente ao valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), sendo R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) destinados a despesas de consumo e R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) a despesas com prestação de serviços. Durante a análise, o Conselho Fiscal realizou algumas observações relacionadas ao cumprimento da Lei Municipal nº 3.371/2013, especialmente quanto à necessidade de atesto nas notas fiscais que compõem a prestação de contas. Foi esclarecido que a ausência dos atestos decorreu de falha procedimental interna, ocasionada pela transição de responsabilidades entre servidores, não sendo identificada qualquer irregularidade na aplicação dos recursos. Diante disso, serão adotados procedimentos para garantir que todas as notas fiscais futuras contenham os respectivos atestos. Também foi sugerida a simplificação do procedimento para solicitação de recursos do adiantamento, dispensando-se a emissão de memorando específico para cada despesa, desde que a nota fiscal devidamente atestada seja apresentada, medida que será avaliada pela Administração. Na sequência, foi discutido o pedido de pagamento retroativo formulado por pensionista vinculada ao servidor Antônio Sérgio Leite. Após análise, o Conselho Fiscal deliberou, por unanimidade, pela rejeição da possibilidade de celebração de acordo administrativo, entendendo que eventual pagamento retroativo deverá ocorrer somente mediante determinação judicial. A decisão ratifica o entendimento anteriormente adotado pelo Comitê de Investimentos e pelo Conselho Administrativo. Foi comunicado ao Conselho Fiscal que foi aprovada a reestruturação administrativa do Instituto, contemplando a criação do cargo de Diretor de Gestão de Investimentos Previdenciários, medida necessária ao atendimento das exigências relacionadas ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS (Pró-Gestão) e ao Programa de Regularidade Previdenciária. Destacou-se que a alteração não acarretará aumento de despesas com pessoal, uma vez que será realizada mediante remanejamento de cargo já existente na estrutura administrativa. O Presidente da Comissão responsável pelos trabalhos de implantação e adequação dos procedimentos institucionais informou que os estudos se encontram concluídos, sendo prevista a realização de reunião específica para apresentação dos resultados ao Conselho Fiscal e ao Conselho

PARANAGUÁ
PREVIDÊNCIA

Administrativo. Ainda em atendimento às exigências do Pró-Gestão, foi aprovado que o Comitê de Investimentos passará a elaborar relatório trimestral consolidado sobre o desempenho dos investimentos. Esse relatório será encaminhado ao Conselho Fiscal, que emitirá parecer sobre os resultados apresentados e posteriormente encaminhará suas conclusões ao Conselho Administrativo. Considerando que a deliberação ocorreu recentemente, não houve tempo hábil para elaboração e análise do primeiro relatório, motivo pelo qual sua apresentação ocorrerá na próxima reunião. No item referente à capacitação, o Conselho Fiscal solicitou que, sempre que houver cursos, seminários ou eventos relacionados à previdência, seja oportunizada a participação dos membros dos Conselhos, ampliando o acesso à qualificação e atualização dos conselheiros. Em relação aos processos licitatórios, foi informado que será cancelado o procedimento destinado à contratação de escritório especializado para prestação de serviços técnicos na área de direito previdenciário. A decisão decorre da dificuldade em estabelecer critérios objetivos que garantam ampla competitividade e afastem qualquer possibilidade de direcionamento. O tema será reavaliado futuramente diante da necessidade institucional de suporte jurídico especializado. Também foi discutida a situação relacionada à Previdência Complementar e aos períodos em que houve contribuições acima do teto previdenciário durante a pendência da regularização do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP. O Conselho solicitou que seja formalizado expediente ao Município para que realize o levantamento dos valores eventualmente recolhidos a maior, tanto por parte dos servidores quanto das contribuições destinadas à entidade gestora da previdência complementar, a fim de subsidiar as providências cabíveis. Quanto à transparência institucional, a conselheira Janete Isabel dos Passos solicitou que sejam atualizadas as informações disponibilizadas no portal eletrônico do Instituto, especialmente no que se refere à documentação dos conselheiros, regras de aposentadorias, certificações obrigatórias e demais informações institucionais exigidas pelos órgãos de controle. O Diretor Presidente, Ali El Kadri informou que a maior parte das pendências já foi regularizada, permanecendo apenas alguns documentos específicos em fase de atualização. (Memorando 92/2026 encaminhado a diretoria de concessão de benefícios em 08/06/2026). Na sequência, foi discutida a estruturação das atividades de Controle Interno do Instituto. A Controladora Interna apresentou proposta de plano de trabalho e informou que, após participação em capacitação promovida pelo Tribunal de Contas voltada à gestão dos RPPS, optou por simplificar e tornar mais objetiva a metodologia inicialmente proposta, priorizando ações de fiscalização e acompanhamento compatíveis com a capacidade operacional atualmente disponível. Foi destacado que o Instituto ainda não possui estrutura própria e completa de Controladoria Interna, situação que dificulta a realização de auditorias, acompanhamentos e controles mais abrangentes. Diante disso, foram debatidas alternativas para fortalecimento da área, inclusive no âmbito da reforma administrativa em estudo, contemplando a criação de estrutura específica de Controladoria e o suporte de servidores especializados. Por fim, o conselheiro Paulo Charbub Farah solicitou que a Controladoria Interna apresente, na próxima reunião, relatório consolidado referente aos meses de março e abril, estabelecendo-se posteriormente a apresentação periódica dos relatórios de

PARANAGUÁ
PREVIDÊNCIA

acompanhamento e fiscalização das atividades desenvolvidas. Nada mais havendo a tratar, foi determinada a lavratura da presente ata por mim, Ariana Ziesemer, que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. A reunião foi encerrada às dez horas e cinquenta minutos.

Paranaguá, 28 de maio de 2026.

**Conselho de Administração**

Paulo Charbub Farah – Presidente
Representante do Sindicato

Thais Andressa de Leão – Vice-Presidente
Representante do Poder Legislativo

Bruno Alves Cunha de Oliveira
Representante do Poder Executivo

Janete Isabel Passos
Representante do Sindicato

Leão Salomão Neto
Representante do Poder Executivo

Sonia Regina de Araujo
Representante do Sindicato

Ali El Kadri
Diretor Presidente da Paranaguá Previdência

Sidnei França dos Santos
Diretor Financeiro